

AGRICULTORES SEM-TERRA NO NORTE DO PARANÁ: RESPOSTA À MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA.

CARVALHO, MÁRCIA SIQUEIRA*

O início da organização da luta pela terra no Paraná foi feito pelos desalojados na construção de barragens (Salto Santiago - municípios de Laranjeiras do Sul, Chopinzinho, Mangueirinha e Coronel Vivida) no Sudoeste do Estado (Ferreira, 1987). O Movimento Sem Terra (MST) assim teve a sua origem, e não partiu, como poderíamos pensar, dos filhos da modernização agrícola. Porém, o MST estava diante de um solo fértil para o seu crescimento no Paraná, pois a modernização conservadora deixou muitos lavradores órfãos de terra. Aí sim, podemos associar a mecanização do trator e a adoção de lavouras temporárias modernas ao trabalhador rural que perdeu o emprego, ou o acesso temporário à terra, e que a partir daí, passou a ocupar fazendas e tenta se transformar num proprietário de seus meios de produção. Essa segunda fase do Movimento está identificada geograficamente ao **locus** do aumento da produção moderna da soja e do trigo e da presença dos lavradores que migraram, a cada geração, saindo do Rio Grande do Sul, passando por Santa Catarina e chegando ao Sudoeste do Paraná. Na década de 80, muitas ocupações se transformaram em assentamentos exatamente nessa região, mas também vinham crescendo em importância na porção norte do Estado, mas não ocupando a parte mais fértil do seu solo: a terra roxa (ver Mapa 1). Exceção feita ao assentamento que, em 1994, iniciamos uma pesquisa entre os agricultores sem-terra numa ocupação entre os municípios de Bela Vista do Paraíso e Alvorada do Sul, no Norte do Paraná. O objetivo foi de entrar em contato com os seus ocupantes e, mediante aplicação de questionários, fazer um breve diagnóstico sócio-geográfico. Através deles levantamos aspectos relativos à origem geográfica, faixas de idade, nível tecnológico, doenças, locais de residência e ocupação anteriores e expectativas de seus habitantes. Voltamos ao já assentamento em julho de 1996, a partir da notícia da anulação da desapropriação da fazenda pelo STE. A idade dos chefes e mães de família nos revelou que são uma população jovem: vinte e seis homens e trinta e quatro mulheres tinham idade inferior a 40 anos para um total de 46 questionários. A população masculina, num total de quarenta e seis pessoas, houve a predominância de nascidos em municípios paranaenses (31), seguidos de mineiros (10), gaúchos (2), e pernambucanos, alagoanos e catarinenses (1 cada). Geograficamente, observamos uma localização de municípios do Centro e do Sudoeste do Paraná, além de Londrina e municípios vizinhos (Ver Mapa 2). O mesmo ocorreu com o local de nascimento das mães (Ver Mapa 3) e entre as nascidas em outros estados da federação se distribuíram entre Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, e Pernambuco. Entre os filhos dos sem-terra, predominaram os meninos sobre as meninas, sendo eles basicamente jovens. O local do nascimento dos filhos nos dá indícios dos caminhos da migração realizadas por estas famílias: locais no Norte, Centro e Sudoeste do Paraná. Sete pessoas nasceram nos Estados de Rondônia, São Paulo, Rio Grande do Sul e até no Paraguai (ver Mapa 4).

* Professora Doutora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina - Paraná - Brasil. E-mail: marcar@sercomtel.com.br. Fone: (043) 3714246. Fax: (043) 3714216.

A escola que funciona na fazenda atende as crianças e desde 1966 atende cerca de 40 adultos.

Os tipos de moradia podem ser divididas em três tipos: as de alvenaria (antiga colônia), as de lascas de madeira com cobertura de lona plástica, e poucas que anteriormente eram instalações para guardar material, ou seja, antigas tulhas de madeira com alvenaria em torno do terreirão de café, ou ainda, a antiga instalação de beneficiamento de café, em alvenaria. Dentro das casas, poucos eram os utensílios (em 1994) além das panelas, pratos, camas e bancos: predominavam o fogão à lenha e somente em onze casas foram encontrados fogões à gás. Frequentes eram os rádios de pilha, uma das únicas formas de se manterem contactados com o que está ocorrendo fora da fazenda. Os meios de locomoção próprios são escassos, com pouquíssimas famílias sendo proprietárias de cavalos, carroças e bicicletas. O auxílio que estas famílias reconhecem ter recebido veio principalmente da Igreja Católica, entre as Comissões Pastoral da Terra e da Criança, assim como auxílio de irmãs e de padres, seguidas de longe pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais e ITCF/IAPAR.

Majoritariamente católicos, nas horas em que não estão trabalhando, a maioria tem atividades de lazer como: futebol, visita aos amigos, festas e forrós e ir à missa. As doenças foram frequentes. Predominaram as gripes, a verminose, febres/vômitos/diarréias, leishmaniose, pneumonia e bronquites pela precariedade de algumas residências frente às baixas temperaturas e ventos frios e ao não-tratamento da água, contaminada por coliformes e, talvez, por agrotóxicos. Outras doenças citadas: doenças cardíacas como hipertensão e derrame, sinusite, problemas nos olhos.

As criações de animais e as lavouras de subsistência foram as mais frequentes no sistema individual onde cada família é responsável por seu lote. As atividades mais citadas foram as hortas, o plantio de feijão, mandioca, milho, girassol, batata, soja, arroz e a criação de animais. No sistema coletivo, são várias as famílias que trabalhavam numa roça comum nos plantios de girassol, vassoura, quiabo, banana, mamão, entre outras. O gado bovino e suíno, poucas cabeças, também são criadas juntas, pertencendo ao coletivo destas famílias e sendo uma reserva de valor no momento necessário. Há também o sistema cooperativo, que soma onze famílias que se organizaram e fundaram uma cooperativa, adquiriram um trator, sementes e agrotóxicos. Elas faziam suas refeições em comum, junto com algumas famílias do sistema coletivo no refeitório, alternando o trabalho do preparo dos alimentos entre si, homens e mulheres. Essa experiência do refeitório coletivo logo desapareceu após nossa visita em 1994, reaparecendo em 1996. O trabalho das famílias organizadas em cooperativa difere do trabalho coletivo pelo aspecto de ter uma associação formal, e dele fazerem parte a parcela ligada à liderança do Movimento Sem Terra de origem do Sudoeste Paranaense ou mesmo catarinense ou gaúcha.

O padrão tecnológico varia de acordo com as lavouras e com os sistemas. Mais da metade das famílias apontaram o uso do trator e animais, e 1/4 usavam apenas animais. Quanto aos insumos, o herbicida foi usado por mais da metade deles para controlar ervas daninhas crescidas durante anos de abandono pelos antigos proprietários da fazenda. O adubo orgânico animal é pouco usado e não raro não utilizarem nenhum insumo.

O passado e as expectativas dos ocupantes são diferenciadas. A maior parte deles exercia profissão ligada à agropecuária antes da ocupação: os trabalhadores rurais e bóias-frias (17), assentamentos ou ocupações (12), arrendatários/parceiros (6) e pequenos proprietário (1), ou atividades urbanas (construção civil, operário de serraria,

carroceiro, catador de papel). Pode-se notar que a maioria das profissões anteriores à ocupação são exclusivamente rurais. A maioria dos sem-terra afirmou que a situação deles havia melhorado depois da ocupação. De um modo geral, todos se definiram como trabalhadores nas atividades nas lavouras (34), sendo que vários detalharam mais as atividades que estavam realizando quando entrevistados: “trabalho coletivo na lavoura”, “esperando a posse da terra”, “participando do movimento popular”, “participando da CPT e trabalhando na lavoura”, “trabalho na cooperativa”. Este reconhecimento da situação pode ser melhor compreendida diante do local de proveniência anterior à ocupação (Ver Mapa 5). Dezesesseis famílias vieram de Londrina e sete delas eram provenientes de Mangueirinha, município de forte atuação do Movimento Sem Terra e de ocorrência de ocupações e de assentamentos. O mesmo número de famílias vieram do município de Reserva. Exceto as três famílias que vieram de Telêmaco Borba, as demais vieram isoladamente de outros municípios. As expectativas quanto ao futuro, grande parte mantinha o propósito de “ter uma pedaço de terra” com lote legalizado e melhorar a produção. Vários pretendiam criar animais e continuar no assentamento, construindo ou aumentando a casa. O plantio de girassol, lavoura de objetivo comercial foi bem lembrado. Respostas distintas resumem as concepções diversas em relação à agricultura e ao tipo de relação com a terra: “continuar participando do movimento popular”, “ter lavoura própria” e aumentar a cooperativa“. Em resumo, observamos três concepções distintas entre os acampados: um delas se refere ao papel da cooperativa para impulsionar um assentamento com lavouras comerciais e com possibilidade de concorrer com as fazendas circunvizinhas. Outra, meio termo entre a primeira e a seguinte, prioriza o trabalho coletivo nos lotes de lavoura comercial, mas não impede a ocorrência de pequenas roças individuais com o objetivo de subsistência das famílias. A restante se caracteriza na concepção mais radicalizada da roça individual, quer para a subsistência, quer para os produtos a serem comercializados. É claro que essas divergências quanto ao uso da terra e do destino do assentamento criaram e continuarão a criar novas questões a serem resolvidas pela liderança e pelos demais acampados.

Bibliografia:

Ferreira, Angela Duarte Damasceno. Movimentos Rurais no Paraná - 1978 - 1982 in Movimentos Sociais no Campo. Ed Criar. Curitiba: 1987. p.9-50.



